

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Agora vai

Segundo pesquisa qualitativa Datafolha divulgada ontem, realizada durante o debate presidencial da Band, 67% dos eleitores “indecisos” afirmaram que o evento mudou o seu voto. Segundo a última pesquisa geral, publicada em 18 de agosto, esses dois segmentos juntos representavam 8% do eleitorado.

Estevam Avellar/TV Globo



Tã perdoado

A atriz Patrícia Pillar saiu em defesa do ex-marido Ciro Gomes, que voltou a ser alvo de críticas por uma fala machista da época em que os dois eram casados. Questionado sobre o papel de Patrícia durante a campanha presidencial de 2002, Ciro respondeu: “A minha companheira tem um dos papéis mais importantes, que é dormir comigo”. Patrícia escreveu: “Há 20 anos, Ciro Gomes, meu ex-marido, disse uma frase infeliz em entrevista e imediatamente me pediu desculpas, que foram aceitas já naquela época”, escreveu a atriz no Twitter. Patrícia voltou a dizer que os rumores de que Ciro havia a agredido não correspondem à realidade.

Pente fino

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral começa hoje a julgar os pedidos de registro de candidatura dos postulantes ao Palácio do Planalto. Um dos casos é o de Roberto Jefferson, candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ele teve o pedido impugnado pelo Ministério Público Eleitoral.

O Brasil da maioria se apresenta na tevê

A atuação firme das candidatas Simone Tebet e Soraya Thronicke no debate ocorrido no último domingo deu espaço a uma voz que há muito clama para ser ouvida na política brasileira. As mulheres são maioria no eleitorado, mas estão muito longe de ter uma representação condizente nas esferas de poder. Ao repudiar declarações grosseiras, misóginas e inverídicas sobre a atuação das mulheres durante o debate presidencial, as senadoras mostraram que é

preciso respeitar as brasileiras. A sociedade não tolera mais o machismo estrutural que está arraigado em diversos setores, particularmente na política.

Aliadas na defesa do protagonismo feminino, Tebet e Thronicke deixaram claro que as mulheres não estão mais dispostas a aceitar submissão, ofensas e papel coadjuvante nas relações sociais, políticas e econômicas. Num regime democrático, nada mais natural que a maioria se faça mais presente nos temas relevantes para o país.



Novo piso

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado vai analisar, hoje, projeto de lei que estabelece um piso salarial nacional para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. O relator da proposta, senador Romário (PL-RJ), defende um salário inicial de R\$ 4,8 mil para uma jornada de 30 horas semanais. A julgar pela celeuma referente ao piso da enfermagem, é grande a possibilidade de o assunto adquirir enorme controvérsia.

Crise cultural

O senador Paulo Rocha (PT-PA), líder do partido na Casa, defendeu que o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolva ao governo a Medida Provisória que adia repasses da União a entes federativos para apoio aos setores culturais e de eventos em razão da pandemia de covid-19, a MP 1135/22. A MP foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (29/8). “Além de desvalorizar o Parlamento brasileiro, (a MP) tira o seu papel constitucional de uma forma abrupta”, disse Rocha.

Dinheiro em caixa

O repasse de R\$ 3,86 bilhões, previsto pela Lei Paulo Gustavo, para incentivar a cultura e garantir ações emergenciais, deve ficar para 2023. Com o condicionamento da disponibilidade financeira e orçamentária, parte do valor poderá ser transferida pela União apenas em 2024.

JUDICIÁRIO

Ação em defesa da democracia

Moraes retira sigilo da decisão que autorizou buscas e apreensões contra empresários bolsonaristas que propuseram golpe caso Lula se eleja presidente. Ministro aponta que grupo agiu com “nítida finalidade de atentar” contra o Estado de Direito

» LUANA PATRIOLINO
» TAINÁ ANDRADE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou, ontem, o sigilo da decisão que autorizou buscas e apreensões contra os oito empresários bolsonaristas que defenderam um golpe de Estado em caso de vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais de outubro. O magistrado afirmou que não há dúvidas da possibilidade de “atentados contra a democracia” na conduta dos investigados.

As mensagens reveladas pela imprensa embasaram a autorização à operação da Polícia Federal (PF), na semana passada. Na decisão, Moraes diz que os envolvidos agiram com “nítida finalidade de atentar contra a democracia”. “Indicam possibilidade de atentados contra a democracia e o Estado de Direito, utilizando-se do modus operandi de esquemas de divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário, o Estado de Direito e a Democracia”, salientou.

O ministro destacou a necessidade de incluir os empresários bolsonaristas em dois inquéritos em tramitação no STF: o das fake news — que apura a disseminação de notícias falsas — e o das milícias digitais — sobre a existência de grupos que atuam na internet contra as instituições democráticas.

“Revelando-se imprescindível a adoção de medidas que elucidem os fatos investigados, especialmente diante da existência de uma organização criminosa identificada no Inq. 4.874/DF e também no Inq. 4.781/DF, ambos de minha

relatoria”, observou o ministro.

Ao autorizar as buscas e apreensões nos endereços ligados aos empresários, Moraes disse que havia indícios suficientes de irregularidades que justificaram a ação. Ele afirmou que estava “devidamente motivada em fundadas razões que, alicerçadas em indícios de autoria e materialidade criminosas, sinalizam a necessidade da medida para colher elementos de prova relacionados à prática de infrações penais”.

Discordância

A Procuradoria-Geral da República (PGR), porém, não concordou com a condução do caso pelo ministro. A vice-PGR, Lindôra Araújo, chegou a encaminhar um ofício ao STF pedindo acesso ao conteúdo da investigação alegando não ter conhecimento do teor integral do processo.

No mesmo episódio da ação contra os empresários bolsonaristas, veio à tona o relacionamento entre o procurador-geral da República, Augusto Aras, e os investigados. A troca de mensagens com o grupo por meio do aplicativo WhatsApp foi obtida pela PF e colocada à disposição do Supremo. A assessoria de Aras afirmou que as conversas são somente comentários “superficiais”.

Na petição enviada a Moraes, Lindôra Araújo faz críticas à atuação do ministro, afirmando que a PGR não foi notificada antecipadamente sobre a ação policial. Para desmenti-la, o magistrado tornou público um documento assinado por um servidor do STF destacando que a Procuradoria foi avisada da operação um dia antes de ser desfechada.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Moraes aponta necessidade de empresários serem incluídos nos inquéritos das fake news e das milícias digitais



Indicam possibilidade de atentados contra a democracia e o Estado de Direito com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário, o Estado de Direito e a Democracia”

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes

Gilmar: inquérito protegeu o Supremo

Em meio às preocupações das instituições com o clima beligerante que cerca 7 de Setembro, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, apontou, neste final de semana, a necessidade de a Corte deter um “instrumento de defesa adequado para situações singulares” ao defender o chamado inquérito das fake news. Para o decano, a investigação acabou por brechar ataques ao STF e ao Congresso, que não “surtiram o efeito desejado” de “amedrontar” as instituições.

“Tenho quase a convicção que se não fora a ação do inquérito das fake news muito provavelmente já teríamos tido algum tipo de descarrilamento institucional. Essa foi uma reação

adequada do Supremo Tribunal Federal (aos ataques contra a Corte)”, afirmou, durante a participação no 13º Encontro Anual da Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp).

Gilmar considera que houve episódios “dignos de republicanas”, citando, por exemplo, o desfile de tanques da Marinha, em frente ao Palácio do Planalto, em 10 de agosto do ano passado, mesmo dia em que a Câmara dos Deputados pautou a votação da proposta de emenda à Constituição que instituiu o voto impresso — foi derrubada por 229 a 218 contrários e uma abstenção.

Tanques

“Aquela manifestação em

frente ao Palácio do Planalto com tanques... eles eram tão velhos que alguns não saíram do lugar, precisava de alguém para empurrá-los. Era uma cena em que o que era amedrontador era a fumaça que saía dos motores fundidos dos tanques, que estavam ali para assustar as instituições”, afirmou.

“Tudo isso de alguma forma se encerrou e acho que tem a ver com esse inquérito e com as ações que foram desenvolvidas”, seguiu Gilmar. O ministro lembrou, ainda, do “símbolo espoucar de fogos” sobre o STF, em junho de 2020, indicando que já naquela época se descobriu o financiamento de grupos similares ao responsável pela disparada de fogos de

artifício na direção do edifício principal da Corte.

“Curioso que depois do inquérito das fake news e do anúncio de que empresários foram surpreendidos financiando essas peripécias desses eventos, aquelas manifestações tenham desaparecido”, indicou.

Para o ministro, é preciso contextualizar a decisão de abertura do inquérito das fake news, que foi classificada por Gilmar como “sábria”. O decano lembrou de manifestações em frente ao Palácio do Planalto, no início de 2019, que diziam “autorizar o presidente a romper a Constituição”. Segundo Gilmar, vive-se, sob o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), uma “situação muito singular”.